

# Ouvidoria

## em revista

Ministério  
da Fazenda

Informativo da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda ano X - nº06 - Junho de 2013

### Seminário comemora 1 ano da LAI



No último dia 16 de maio a Lei de Acesso à Informação, Lei nº12.527/11, completou um ano. Para comemorar a data, a Controladoria-Geral da União (CGU) realizou um seminário no qual representantes dos Governos Federal, Estadual, e Municipal reuniram-se com a sociedade civil para debater os avanços e desafios que a lei trouxe ao País.

O evento foi aberto pelo Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, que apresentou o balanço do primeiro ano no Poder Executivo Federal. Segundo Hage, apesar do curto tempo para a implementação, “a Lei pegou” e superou as expectativas. No período de 16 de maio de 2012 a 08 de maio de 2013, foram registrados 87.119 pedidos de infor-

mação, sendo que 78,41% tiveram o acesso concedido. O baixo índice de recurso, apenas 7%, mostra que a sociedade está satisfeita com as respostas e o prazo para atendimento é rápido, média de 11 dias. No ranking dos órgãos, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) lidera o número de pedidos com 8.487. O Ministério da Fazenda vem em sexto lugar, com o total de 2.464.

Entretanto, Hage lembrou que ainda há muito para fazer, principalmente, nos estados e municípios, onde o acesso à informação pública é restrito e sem estrutura. Para auxiliar as cidades a se adequarem à Lei, foi lançado o Programa Brasil Transparente. Por meio dessa iniciativa, a CGU pretende disponibilizar o Sistema e-SIC, capacitação e material técnico. Os Estados e Municípios que desejarem participar do programa devem-se cadastrar no sítio:

[www.cgu.gov.br/brasiltransparente](http://www.cgu.gov.br/brasiltransparente)

### Painéis debatem o avanço e desafios da LAI

A segunda parte do evento foi dedicada aos painéis que debateram os avanços e desafios da Lei de Acesso à Informação. O Painel 1 “Avanços do primeiro ano da LAI e desafios para o futuro: uma visão da sociedade civil” teve a participação do jornalista da Folha/UOL, Fernando Rodrigues; do Secretário Executivo de Políticas Públicas do Instituto Ethos, Caio Magri; e da representante da Transparência Hacker, Daniela Bezerra.

Todos eles foram unânimes em afirmar que a Lei de Acesso foi um progresso para a história do País e

para a administração pública. Entretanto, lamentaram que estados e municípios ainda tenham dificuldades para atender à lei e cobraram do governo mais publicidade a fim de evitar que a LAI seja utilizada por apenas um nicho da sociedade.

No Painel 2, intitulado “Impactos da LAI no Poder Executivo Federal, casos práticos”, participaram representantes do Ministério do Planejamento, Banco Central, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda e Controladoria-Geral da União.

Em uma breve explanação, cada

um abordou sobre a implementação e as ações que têm sido executadas a fim de atender à LAI. Ressaltaram que o grande desafio é a gestão documental e da informação e mudar a cultura de sigilo existente nos órgãos públicos. Porém, exemplos apresentados como a divulgação dos votos que definem a taxa básica de juros na economia brasileira, o acesso a documentos de concurso público e pareceres e a desclassificação de documentos sigilosos, mostram que os órgãos têm se esforçado para tornar a gestão pública mais transparente.

## O SIC no Ministério da Fazenda



Em sua palestra, o Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda, Carlos Augusto Moreira Araújo apresentou os dados do Serviço Informação ao Cidadão do Ministério da Fazenda (SIC-MF). Das demandas destinadas ao órgão, 95% foram respondidas contra apenas 5% em tramitação. Das respondidas, 67,2% tiveram acesso concedido. Dos pedidos que tiveram o acesso negado, cerca de 17,4%, ocorreram em sua maioria por serem informações que envolvem sigilo fiscal.

O Ouvidor-Geral destacou o trabalho que tem sido feito internamente, que conta com o apoio de todas as unidades fazendárias. E por fim afirmou que o grande desafio é a gestão documental.

## Norma que regulamentará o Sistema Federal de Ouvidorias é colocada em consulta pública

A Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ), publicou no dia 16 de maio, para consulta pública na internet, minuta de decreto, produzida pela Ouvidoria-Geral da União (OGU/CGU), para criação e regulamentação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas.

O debate online sobre o texto vai permitir que qualquer cidadão possa colaborar com o aperfeiçoamento do instrumento normativo. O objetivo é intensificar a troca de ideias por meio de um canal em que qualquer pessoa possa participar da discussão sobre o projeto de decre-

to. O diálogo, segundo a OGU, tem o intuito de democratizar o processo legislativo e ampliar ainda mais a intercâmbio de sugestões e considerações, não representando o endosso do Governo Federal à proposta.

Os comentários e sugestões sobre a minuta do Decreto para criação e regulamentação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas poderão ser feitos até 60 dias a partir do dia 16 de maio, pelo site do MJ. Com o objetivo de enriquecer o debate, no endereço será publicada legislação correlata sobre o assunto, bem como reportagens e textos de

colaboradores.

A Ouvidoria-Geral da União mediará a discussão, recebendo os comentários e os sistematizando. De acordo com a OGU, não haverá nenhum filtro quanto ao conteúdo – apenas serão suprimidos comentários desconectados com a discussão proposta. Todas as opiniões serão organizadas como contribuições textuais à edição do regulamento específico. A Ouvidoria vai atuar ainda com a sugestão de tópicos e com a problematização de questões que julgar relevantes.

[Site Ministério da Justiça](#)

Fonte: CGU (com adaptações)

## Ouvidoria Pública Passo a Passo - Manual de criação, aperfeiçoamento e boas práticas

O manual, produzido pela Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais, visa facilitar a criação de ouvidorias públicas nos municípios que ainda não instituíram esse importante instrumento de controle social. As orientações expressas nessa iniciativa pretendem fomentar o pleno e salutar exercício da cidadania, o fortalecimento do federalismo cooperativo e o aprimora-

mento da democracia brasileira.

A Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais acredita que a criação de uma ouvidoria é ferramenta importante para uma gestão cidadã e moderna, que viabiliza a melhoria da qualidade de vida da população e resulta, sem dúvida, na melhoria da prestação dos serviços públicos.

A Ouvidoria-Geral espera que o manual se transforme em um guia

indispensável para gestores que acreditam na inseparável relação entre o Estado e o cidadão para alcançar o bem comum.

Fonte: Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais (com adaptações)



## I Encontro de Ouvidorias das Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014



A Ouvidoria-Geral do Estado da Bahia e a Ouvidoria-Geral do Município do Salvador realizaram, nos dias 27 e 28 de maio, no Centro de Convenções da Bahia, o I Encontro de Ouvidorias das Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. O intuito do evento é promover um intercâmbio entre as Ouvidorias das cidades-sede e elaborar estratégias entre os poderes públicos para melhor atender o cidadão durante os megaeventos esportivos.

Entre os painéis destaque para "Os Megaeventos Esportivos no Brasil e a Ouvidoria no Esporte Brasileiro: os direitos do cidadão torcedor" e "A importância da Ouvidoria para os Megaeventos Esportivos no Brasil: impactos sociais e mecanismos de redução da violação dos direitos fundamentais".

Fonte: Ouvidoria-Geral do Estado da Bahia (com adaptações)

## Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda palestra sobre a LAI

Em evento realizado no mini-auditório da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda (MF), Carlos Augusto Moreira Araújo, palestrou sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) para gerentes e servidores da STN.

O Ouvidor-Geral do MF lembrou que o direito ao acesso à informação já era expresso na Constituição Federal de 1988, gerou a Lei nº12.527/2011 e o Decreto nº7.724/12. "A Constituição já previa esse recolhimento de informações exposta ao público, no artigo 5º", afirmou. O Ouvidor-Geral também

frisou que esse direito abrange todos os entes federativos e a Controladoria-Geral da União (CGU) tem um projeto para que a Lei seja cumprida nos estados e municípios.



Outro aspecto abordado no encontro foi à questão dos prazos que o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) tem para responder os cidadãos e dos recursos que o reclamante pode impetrar. Ao final da palestra os servidores tiraram as dúvidas com o Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda.

## Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria

curso de capacitação e certificação em ouvidoria

18 a 20 de junho de 2013  
Florianópolis (SC)

omd  
soluções para ouvidorias



Associação Brasileira de Ouvidores  
Seção Santa Catarina

A Associação Brasileira de Ouvidores - Seção Santa Catarina - e a OMD Soluções para Ouvidorias promovem de 18 a 20 de junho de 2013 a 20ª edição do Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria, em Florianópolis (SC).

O curso visa atender as necessidades apresentadas por profissio-

nais atuantes em serviços de ouvidoria de instituições públicas e privadas. Aborda, sobretudo, assuntos pertinentes ao dia a dia com o objetivo de preparar o ouvidor e sua equipe para os desafios no desempenho desta função.

Fonte: OMD Soluções para Ouvidorias (com adaptações)



## Cresce número de microempreendedores no Brasil



O número de microempreendedores individuais (MEI) vai chegar, nos próximos dias, a 3 milhões. A afirmação foi feita em maio, pela Presidenta Dilma Rousseff no programa de rádio semanal, Café com a Presidenta. Segundo ela, o MEI, além de melhorar renda dos que aderem ao programa, contribui para a geração de emprego no País.

De acordo com a Lei Complementar 128/2008, que criou condições especiais para que o trabalhador informal legalize sua atividade, é considerado MEI quem trabalha por conta própria e se formaliza como pequeno empresário.

“[Essas pessoas] estão aproveitando todas as facilidades que o programa oferece para formalizar seu negócio, sendo a maior delas o pagamento reduzido de impostos. Com isso, além de melhorar a própria renda, eles também contribuem para a geração de emprego no País, porque podem contratar ajudantes”, ressaltou Dilma, ao acrescentar que até agora 120 mil empregos foram criados por esses pequenos negócios.

Ao se inscrever no programa, o microempreendedor recebe um número de Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica (CNPJ) podendo, então, emitir nota fiscal. Isso lhe permite comprar direto dos fornecedores e vender seus produtos e serviços para o governo. Além disso, com o CNPJ, a abertura de contas bancárias é facilitada e o acesso ao crédito é mais barato.

A adesão ao programa garante redução de mais de 50% no valor mensal de contribuição para a Previdência. Os microempreendedores individuais contribuem com 5% do salário mínimo, o que equivale a R\$33,90 em valores atuais, e garantem os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como licença maternidade, auxílio doença e aposentadoria.

Fonte: Portal Brasil  
(com adaptações)

## Susep e Senacon ampliam grupo de trabalho

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), em Portaria Conjunta Susep-Senacon/MJ nº 2, de 10 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial, ampliaram e alteraram a composição do Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e propor alterações

normativas referentes ao Seguro Garantia Estendida. Além de servidores da Susep e Senacon, participam do grupo, que terá 20 dias para a conclusão dos trabalhos, técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério da Fazenda.

Também participam dos

trabalhos representantes da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) e do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV).

Fonte: Superintendência de Seguros Privados  
(com adaptações)

## Portaria define critérios para serviços e produtos do PAC Mobilidade



Foi publicada em maio, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 131/2013, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que define os critérios para determinar a nacionalidade de serviços e produtos contratados nas obras do PAC Mobilidade. Em

janeiro deste ano, o Governo Federal estabeleceu, por meio do Decreto nº 7.888/2013, a obrigatoriedade de que 100% dos serviços e de 80% dos produtos das ações do PAC Mobilidade sejam nacionais.

Conforme a Portaria, serviços nacionais significam serviços cuja prestação seja executada no país por brasileiro nato ou naturalizado ou por pessoa jurídica constituída em conformidade com os artigos 1.126 a 1.133 da Lei nº 10.406/2002. A responsabilidade técnica do serviço deverá ser atribuída a profissionais brasileiros natos ou naturalizados, legalmente habilitados para o exercício profissional no território brasileiro.

[Portaria nº 131/2013](#)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria  
(com adaptações)



## Mais de 398 mil donas de casa já se filiaram à Previdência

Dados divulgados pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) mostram que em março deste ano, o número de donas de casa de baixa renda filiadas à Previdência Social no país já chegou a 398.326. Entre os estados com os maiores registros de donas de casa de baixa renda que se tornaram seguradas da Previdência Social estão Minas Gerais (70.435), São Paulo (65.988), Rio de Janeiro (42.072), Bahia (28.717) e Rio Grande do Sul (28.149).

“Sem dúvida, esse número mostra que essa é uma política pública que deu certo e que a divulgação tem sido adequada, nós estamos muito satisfeitos, isso implica mais pessoas protegidas, principalmente, se atentarmos para o fato de que são pessoas de baixa renda, inscritas no cadastro do Bolsa Família, portanto estamos no

foco do que a presidenta Dilma Rousseff tem buscado que é proteger as pessoas de baixa renda do país”, ressalta o Secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim.

Para aumentar ainda mais a formalização, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm intensificado ações de divulgação da medida por meio do Programa de Educação Previdenciária (PEP). “Nós vamos conseguir fazer com que as pessoas percebam que agora elas têm uma forma mais barata e adequada à sua realidade para ser protegida pela Previdência”, destaca o Secretário de Políticas de Previdência. A meta do Governo é atingir 1 milhão de formalizações de donas de casa de baixa renda até 2015.

Fonte: Previdência Social  
(com adaptações)

## TCU determina regularização de casas lotéricas

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu prazo de 60 dias para que Caixa Econômica Federal (CEF) apresente cronograma detalhado para contratação mediante licitação de 6.310 casas lotéricas. Atualmente, essa rede de atendimento funciona com contratos de permissão que não foram precedidos de licitação, o que contraria a legislação. O Tribunal autorizou, em caráter excepcional, a manutenção dos atuais termos de permissão até dezembro de 2018, prazo previsto pela CEF para conclusão dos processos licitatórios.

Ao solicitar o prazo, a CEF argumentou que o cronograma para substituição das permissionárias, a ser apresentado ao TCU, representará a melhor forma de garantir a preservação dos serviços, especialmente para o atendimento abrangente das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, onde muitas dessas casas lotéricas são o único meio de acesso aos serviços da instituição.

A CEF alegou ainda que o bloqueio

dos serviços antes do prazo solicitado causaria diversos problemas sociais como: demissão de muitos empregados, aumento do tempo de espera nas agências bancárias, impacto na arrecadação dos jogos, deficiências nos pagamentos dos programas de proteção social do Governo Federal, além de indenizações que deveriam ser pagas aos agentes lotéricos lesados.

“Deve prevalecer o interesse público na preservação dos serviços, razão pela qual acolho o prazo requerido pela Caixa para execução das licitações e permissões que irão substituir as ora analisadas”, observou o relator do processo, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Fonte: Tribunal de Contas da União  
(com adaptações)



## EXPEDIENTE

Junho de 2013  
Copyright © 2004 by  
Ministério da Fazenda

Permitida a reprodução desde  
que citada a fonte.

Ouvidoria-Geral

Ouvidor-Geral:  
Carlos Augusto Moreira Araujo

Assessoria:  
Adriana Martins Ximenes  
Karin Kelly da Silva Santos

Suporte:  
Bruno Felipe da Silva Felix  
Elymeire Santos Correia  
Everinton Mendes da Silva  
Janaina Ferreira de Souza  
Pedro Marcante Arruda dos Santos  
Vânia Maria Leal Matos

Atendente:  
Cintiane de Araújo Moreira  
Kerstin Lopes Rodrigues

Agentes de Comunicação:  
Cícero Jader da Silva Soares  
Kécia Tavares Pereira

Serviço de Atendimento ao Cidadão -SIC:

Eleonora Klier Dantas  
Geovane Guimarães Santos  
Luciana Silva Alves  
Vanessa dos Santos

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
OUVIDORIA-GERAL  
SAS Quadra 6 – Bloco “O”  
7º Andar CEP 70070-917  
Brasília – Distrito Federal – Brasil  
Fones: 55-61- 3412-5728/5727  
Fax: 3412-5726  
Atendimento telefônico:  
0800 702 1111  
<http://www.fazenda.gov.br>

## OUVIDORIA EM NÚMEROS

Devido a atualização do Sistema Ouvidor, não será publicado o relatório de atividade neste mês.